

NOMES NA URNA E IDENTIDADE PROFISSIONAL, SETORIAL, POLÍTICA E SIMBÓLICA NAS ELEIÇÕES DE 2026 PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS

INTRODUÇÃO

O nome apresentado ao eleitor nas eleições para a Câmara dos Deputados, instituição compostas por representantes do povo brasileiro, segundo o art. 45 da Constituição, não é elemento neutro da campanha. Em eleições proporcionais altamente competitivas, ele pode funcionar como mensagem política condensada: informa origem profissional, sugere autoridade, comunica pertencimento religioso, sinaliza uma causa, explicita posição ideológica ou simplesmente cria uma marca de fácil memorização. A escolha do Nome na Urna e, posteriormente, do nome parlamentar integra, portanto, a estratégia de construção da identidade pública do candidato.

Em 2025, elaboramos uma primeira versão deste estudo¹, concentrada nos títulos profissionais incorporados ao nome político — como “Delegado”, “Pastor”, “Capitão”, “Professor” ou “Doutor”. A análise das eleições de 2026 amplia significativamente esse recorte. Além das profissões e ocupações, a classificação identifica nomes que exprimem orientação ideológica, associação a liderança política, pertencimento religioso, adesão a uma causa e identidade setorial ligada à saúde. O fenômeno analisado deixa, assim, de ser apenas o da identidade profissional e passa a abranger a construção de uma identidade eleitoral por meio do próprio nome.

Essa distinção recomenda separar duas etapas. O Nome na Urna é escolhido para a disputa eleitoral e pode ser formulado com finalidade eminentemente competitiva; o nome parlamentar é a identidade adotada no exercício do mandato. Em muitos casos há continuidade entre ambos, mas não necessariamente. O estudo anterior, com dados de 2025, registra situações em que candidatos se elegeram utilizando identificação profissional e, após a posse ou ao longo do mandato, deixaram de empregá-la. A comparação entre as duas formas de apresentação permite distinguir uma estratégia de campanha de uma identidade política mantida no exercício do mandato.

A ampliação da classificação nos termos ora apresentados permite formular uma hipótese mais abrangente. A vantagem eleitoral potencial não decorre apenas do prestígio de certas profissões. Pode resultar da transferência de capital simbólico de uma liderança política, da oferta de um atalho ideológico ao eleitor, da associação a uma

¹ <https://www.congressoemfoco.com.br/artigo/110571/nomes-parlamentares-e-identidade-profissional-na-camara-dos-deputados>

comunidade ou causa, da reivindicação de vínculo com uma área de política pública — como ocorre nos nomes associados à saúde — ou da capacidade de tornar o candidato reconhecível em uma lista extensa. Esses mecanismos são distintos e não devem ser tratados como se constituíssem uma única modalidade de identidade.

Assim, o estudo procura enfrentar quatro indagações principais:

Quais tipos de identidade são incorporados ao Nome na Urna e que espécie de informação cada um deles procura transmitir ao eleitor?

Em que medida identidades profissionais, religiosas, setoriais, ideológicas, associativas ou de diferenciação apresentam padrões distintos de frequência e de distribuição por partido e Unidade da Federação?

O uso de rótulos ideológicos explícitos — à direita ou à esquerda — e a referência nominal a Bolsonaro funcionam como substitutos ou complementos da identificação partidária, reforçando a personalização da competição eleitoral?

Que efeitos a multiplicação dessas marcas pessoais pode produzir sobre a representação de interesses, a disciplina partidária e a mediação exercida pelos partidos?

A análise de 2026 concentra-se no Nome na Urna dos candidatos a deputado federal e em sua distribuição por categoria, partido e Unidade da Federação. A comparação com o nome parlamentar somente poderá ser feita após a eleição e a posse dos eleitos. As seções seguintes apresentam a metodologia, a tipologia ampliada, os padrões empíricos observados e seus limites interpretativos.

Base de dados, critérios de classificação e limites metodológicos

A unidade de observação é a candidatura a deputado federal nas eleições de 2026. Os dados utilizados nesta análise reúnem 7.709 registros de candidaturas nas 27 Unidades da Federação. O estudo examina exclusivamente a informação contida no Nome na Urna, e não a biografia, a profissão efetiva, o programa ou o comportamento político do candidato.

Com base nos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral², foram examinados os nomes que serão apresentados ao eleitor no momento da votação: o “Nome na Urna”. A coincidência de nomes não foi tratada, por si só, como duplicidade: candidatos distintos podem utilizar denominações iguais ou semelhantes, de modo que a unidade relevante é a candidatura registrada, e não simplesmente a combinação textual do nome. No entanto, a base de dados primária contém alguns registros em duplicidade, que foram sanados para os fins deste estudo.

A classificação é operacional e deriva do conteúdo textual do Nome na Urna. Foram identificados marcadores de origem profissional ou corporativa, vínculo setorial,

² Base de dados do TSE disponível em <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2026/resource/7748de82-a23b-47c4-9ec1-35535d945e5b>

pertencimento religioso, adesão a causas, posicionamento ideológico, associação a liderança política e estratégias de diferenciação ou memorabilidade. A presença de um marcador não comprova a profissão efetiva do candidato nem permite inferir, isoladamente, sua atuação política futura.

Para as tabelas analíticas adotou-se uma categoria principal por candidatura, a fim de evitar dupla contagem. As 1.697 marcações registradas na planilha correspondem a 1.690 candidaturas com marcador explícito. Os casos ambíguos foram revistos individualmente, privilegiando-se o marcador considerado mais específico na denominação eleitoral. Um exemplo é o do candidato “Gilvan, o Federal da Direita”, que disputa a reeleição; no atual mandato, o deputado se identifica apenas como “Gilvan da Federal”, e mantivemos, assim, a sua classificação como “PoliciaI”.

A categoria “Doutor/Doutora”³ é mantida como marcador autônomo de status profissional ou honorífico. O uso de “Dr.”, “Dra.”, “Doutor” ou “Doutora” no Nome na Urna não permite concluir que o candidato seja médico, nem sequer identificar sua profissão sem cruzamento com outras variáveis. Nessa titulação, podem estar incluídos médicos, psicólogos, odontólogos, médicos veterinários e até mesmo advogados. Por isso, a categoria não é incorporada automaticamente ao setor de saúde.

Da identidade profissional à identidade eleitoral: uma tipologia ampliada

No eixo profissional ou ocupacional aparecem “Doutor/Doutora”, Professor/Professora, patentes militares, Delegado, PoliciaI, Bombeiro, Enfermeiro/Enfermeira, Engenheiro, Comunicador, Advogado, Defensor Público, Juiz/Procurador e outras atividades. A categoria “Outra Ocupação” reúne denominações profissionais de menor frequência ou sem identidade corporativa suficientemente nítida.

Outras categorias profissionais ou ocupacionais foram mantidas separadamente quando apresentam conteúdo simbólico ou identitário próprio. “Bombeiro” (10 casos) remete à atividade de proteção e emergência; “Assistencial” (15) reúne identificações ligadas à assistência social e à atuação comunitária; “Esporte” (17) mobiliza trajetórias como atleta, treinador ou dirigente; “Comunicador” (30) abrange locutores, radialistas, jornalistas e outras identidades vinculadas à comunicação; e “Cultura” (14) reúne artistas, músicos e referências explícitas à atividade cultural. Embora numericamente menores, essas categorias mostram a diversidade de recursos profissionais e sociais convertidos em marca eleitoral.

Outros marcadores operam por lógicas diferentes. As identidades religiosas são captadas por “Pastor/Padre” e por outras referências de religião; “Saúde” identifica vínculo setorial com a área ou com sua rede de serviços; “Proteção Animal” representa

³ O uso de “Dr.”, “Dra.”, “Doutor” ou “Doutora” no Nome na Urna não permite identificar, por si só, a profissão do candidato. Para atribuir profissão efetiva seria necessário cruzamento com a ocupação declarada ao TSE ou outra fonte biográfica confiável.

uma causa; “Direita/Conservador” e “Esquerda” expressam posicionamento ideológico; “Bolsonaro” registra associação nominal a uma liderança política; e “Folclórico” designa, em sentido estritamente operacional, denominações voltadas sobretudo à diferenciação e à memorabilidade.

Do total de 7.709 candidaturas, 1.690 apresentam pelo menos um marcador explicitamente classificável segundo a tipologia adotada, enquanto 6.019 foram enquadradas como “nome civil ou apelido”. Isso corresponde, respectivamente, a 21,9% e 78,1% do universo analisado.

As categorias podem ser agregadas em macrogrupos analíticos. Essa agregação não altera a classificação original das candidaturas; serve apenas para comparar mecanismos distintos de construção identitária e tornar visível a predominância das credenciais profissionais em relação a outras formas de sinalização.

Analiticamente, os marcadores operam por mecanismos diferentes: credencial profissional e institucional; pertencimento religioso; compromisso com um setor de política pública; adesão a uma causa; posicionamento ideológico; associação personalista; ou busca de diferenciação e memorabilidade. Uma mesma teoria sociológica não explica com igual intensidade todos esses mecanismos.

A tabela a seguir sintetiza os macrogrupos empregados e o sinal predominante associado a cada um:

MACROCATEGORIA	EXEMPLOS DE CLASSES DA PLANILHA	SINAL PREDOMINANTE
Profissional/ocupacional	Advogado; assistência social; bombeiro; comunicador; cultura; defensor público; delegado; doutor(a); enfermeiro(a); engenheiro; esporte; juiz/procurador; ocupação; patente militar; policial; professor(a); serviço público	Competência, autoridade, experiência, posição institucional ou pertencimento profissional
Religiosa	Padre/pastor; religião	Pertencimento comunitário, autoridade moral e valores
Setorial/política pública	Saúde	Vínculo com o setor de saúde e sinalização de compromisso com sua agenda
Causa	Proteção animal	Compromisso com agenda temática ou grupo de interesse
Ideológica	Direita/Conservador; Esquerda	Autoposicionamento explícito no eixo ideológico
Associativa/personalista	Bolsonaro	Identificação nominal com liderança política
Diferenciação/memorabilidade	Folclórico	Originalidade, saliência e memorização eleitoral
Referência	Nome civil ou apelido	Ausência de marcador explícito das categorias anteriores

Fonte: TSE. Elaboração nossa.

É importante não misturar universos estatísticos distintos. Os 51 casos analisados na versão elaborada em 2025 diziam respeito a deputados eleitos que adotaram nomes parlamentares associados a profissões. A classificação de 2026 trabalha com universo muito mais amplo: todas as candidaturas a deputado federal constantes da base consolidada do TSE e seus respectivos Nomes na Urna.

Nesta etapa, os dados permitem mensurar frequência e distribuição por partido e Unidade da Federação e caracterizar os diferentes apelos presentes nos nomes. A taxa de sucesso eleitoral não é examinada, porque a eleição de 2026 ainda não ocorreu; esse cruzamento deverá ser realizado posteriormente com a mesma regra de classificação.

A categoria “Saúde” merece tratamento autônomo em relação às profissões da área. Ela reúne 48 candidaturas cujo Nome na Urna remete diretamente à saúde ou à rede de serviços. Em 45 casos aparece literalmente “Saúde”; nos três restantes, a referência é igualmente direta, por meio de “Hospital” ou “Ambulância”. Nomes como “Adelma da Saúde”, “Danilo do Posto de Saúde” e “Ferreirinha do Hospital” sinalizam vínculo com o setor sem pressupor formação como médico, enfermeiro ou outro profissional específico.

A categoria “Bolsonaro” — aqui compreendida como “referência a Bolsonaro” — reúne nomes que contêm o sobrenome, o qualificativo “bolsonarista” ou expressão equivalente de associação à liderança política. O marcador é empiricamente observável no nome; sua interpretação como tentativa de mobilizar reconhecimento ou afinidade política é uma hipótese analítica, e não uma afirmação sobre a motivação subjetiva de cada candidato. O uso do sobrenome funciona como mecanismo de associação a uma liderança nacional e busca converter reconhecimento, afinidade e fidelidade política em capital eleitoral próprio.

Essa categoria distingue-se dos títulos profissionais porque o capital simbólico evocado é externo à trajetória ocupacional do candidato. O Nome na Urna pode, nesse caso, funcionar como mecanismo de associação a uma personalidade nacional previamente conhecida, reduzindo o custo de construção de uma marca própria e reforçando a personalização da competição.

A identidade ideológica explícita também foi desagregada. Quatro candidaturas utilizam “Direita” ou “Conservador” como elemento central do Nome na Urna; duas foram classificadas como “Esquerda”: “Marreta Coletivo de Esquerda” e “Renato Bancada Anticapitalista”. Os números são pequenos e não autorizam generalizações sobre os campos ideológicos, mas revelam uma modalidade qualitativamente distinta de sinalização: o posicionamento deixa de ser apenas inferido da legenda, da profissão ou da trajetória e passa a integrar o próprio nome eleitoral.

Por fim, a categoria “Folclórico” reúne nomes que não remetem de forma identificável a profissão, função pública, religião, ideologia ou causa, mas procuram criar um diferencial perante o eleitor. A expressão não é empregada como juízo sobre a seriedade

da candidatura. Trata-se de rótulo funcional para denominações cuja característica predominante é a originalidade, a saliência e a capacidade de memorização.

A oferta eleitoral de 2026: frequência e distribuição das identidades no Nome na Urna

A base analisada reúne 7.709 candidaturas a deputado federal. Após o ajuste para evitar dupla contagem das categorias, 1.690 candidaturas foram classificadas com algum marcador explícito de identidade no Nome na Urna e 6.019 foram enquadradas como “nome civil ou apelido”.

Assim, 21,9% das candidaturas apresentam identidade explicitamente classificável no próprio nome, enquanto 78,1% não exibem marcador pertencente às categorias utilizadas.

Mais de um quinto dos Nomes na Urna contém, portanto, elemento que pode ser interpretado como profissão, ocupação, pertencimento religioso, identidade setorial ligada à saúde, causa, posicionamento ideológico, associação a liderança política ou recurso de diferenciação. A classificação mede o que o candidato decidiu tornar visível na denominação eleitoral; não substitui a análise de sua trajetória.

Nome na Urna - Frequência por macrogrupo

Macrogrupo	N	% dos nomes diferenciados	% do total de candidatos
Profissional/ocupacional	1.327	78,5%	17,2%
Religiosa	196	11,6%	2,5%
Folclórica	76	4,5%	1,0%
Setorial - Saúde	48	2,8%	0,6%
Causa - proteção animal	26	1,5%	0,3%
Bolsonaro (personalista)	11	0,7%	0,1%
Ideológica	6	0,4%	0,1%
TOTAL COM MARCADOR	1.690	100,0%	21,9%

Fonte: TSE. Elaboração nossa.

Com a separação das categorias setoriais, religiosas, ideológicas, personalistas e de causa, o macrogrupo profissional/ocupacional reúne 1.327 candidaturas, ou 78,5% dos nomes diferenciados. A predominância das credenciais profissionais permanece clara, mas a existência de outros 363 casos mostra que o Nome na Urna também é utilizado para comunicar pertencimento, agendas e associações políticas que não dependem de profissão.

Nomes na Urna - Frequência por categoria

Categoria	N	% dos nomes diferenciados	% do total
DOCTOR/DOCTORA	391	23,1%	5,1%
PROFESSOR/A	264	15,6%	3,4%
PATENTE MILITAR	247	14,6%	3,2%

Categoria	N	% dos nomes diferenciados	% do total
OUTRA OCUPAÇÃO	195	11,5%	2,5%
PASTOR/PADRE	135	8,0%	1,8%
FOLCLÓRICO	76	4,5%	1,0%
RELIGIÃO	61	3,6%	0,8%
DELEGADO	53	3,1%	0,7%
SAÚDE	48	2,8%	0,6%
ENFERMEIRO/A	31	1,8%	0,4%
COMUNICADOR	30	1,8%	0,4%
PROTEÇÃO ANIMAL	26	1,5%	0,3%
POLICIAL	22	1,3%	0,3%
ESPORTE	17	1,0%	0,2%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	15	0,9%	0,2%
SERVIÇO PÚBLICO	14	0,8%	0,2%
CULTURA	14	0,8%	0,2%
BOMBEIRO	12	0,7%	0,2%
BOLSONARO	11	0,7%	0,1%
ADVOGADO	8	0,5%	0,1%
ENGENHEIRO	7	0,4%	0,1%
DIREITA/CONSERVADOR	4	0,2%	0,1%
JUIZ/PROCURADOR	4	0,2%	0,1%
DEFENSOR PÚBLICO	3	0,2%	0,0%
ESQUERDA	2	0,1%	0,0%

Fonte: TSE. Elaboração nossa.

A categoria mais frequente é “Doutor/Doutora”, com 391 registros (23,1% das candidaturas com marcador), seguida por Professor/Professora (264), patente militar (247), outras ocupações (195) e Pastor/Padre (135). Juntas, essas cinco categorias representam 72,9% das candidaturas com marcador. “Saúde”, com 48 casos, ocupa a nona posição. As categorias “Advogado” (8) e “Defensor Público” (3) têm baixa frequência, mas permitem distinguir credenciais jurídicas antes absorvidas por classes genéricas; a categoria “Esquerda” reúne 2 casos.

A concentração não é uniforme entre partidos e Estados.

Entre os “Doutor/Doutora”, os maiores números estão no NOVO (30), PSB (29) e PL (28), e territorialmente em São Paulo (73), Rio de Janeiro (49) e Minas Gerais e Paraná (24 cada). Entre Professores/Professoras, destacam-se PT (30), PSOL (28), NOVO e AVANTE (19 cada), enquanto São Paulo (45), Minas Gerais (21) e Rio de Janeiro (20) lideram por UF. Nas patentes militares, o PL concentra 48 registros, seguido por PODEMOS (27) e REPUBLICANOS (21); São Paulo tem 41, Minas Gerais 19 e Rio de Janeiro 16. A categoria “Saúde” apresenta padrão diferente: o PDT lidera com 9 casos, seguido por PODEMOS (6), PSB (5), PSDB e SOLIDARIEDADE (4 cada).

Nomes na Urna - Distribuição por partido

Partido	Nomes diferenciados	Total de candidatos	% dos diferenciados	% dentro do partido
PL	143	536	8,5%	26,7%

Partido	Nomes diferenciados	Total de candidatos	% dos diferenciados	% dentro do partido
PODE	121	462	7,2%	26,2%
AVANTE	119	419	7,0%	28,4%
REPUBLICANOS	112	466	6,6%	24,0%
NOVO	111	506	6,6%	21,9%
PDT	106	475	6,3%	22,3%
PSDB	91	376	5,4%	24,2%
PSD	89	436	5,3%	20,4%
PSB	88	426	5,2%	20,7%
MDB	82	464	4,9%	17,7%
DC	78	342	4,6%	22,8%
UNIÃO	72	287	4,3%	25,1%
PT	65	356	3,8%	18,3%
PSOL	62	311	3,7%	19,9%
PRD	58	213	3,4%	27,2%
SOLIDARIEDADE	56	267	3,3%	21,0%
PP	48	234	2,8%	20,5%
DEMOCRATA	38	154	2,2%	24,7%
MISSÃO	30	333	1,8%	9,0%
MOBILIZA	28	120	1,7%	23,3%
AGIR	24	110	1,4%	21,8%
REDE	24	113	1,4%	21,2%
PV	17	81	1,0%	21,0%
CIDADANIA	14	67	0,8%	20,9%
PCDOB	11	51	0,7%	21,6%
PSTU	2	19	0,1%	10,5%
UP	1	46	0,1%	2,2%
PCO	0	39	0,0%	0,0%

Fonte: TSE. Elaboração nossa.

Em números absolutos, o PL apresenta a maior quantidade de candidaturas com nomes diferenciados (143), seguido por PODEMOS (121), AVANTE (119), REPUBLICANOS (112), NOVO (111) e PDT (106). Esses seis partidos concentram 712 registros, ou 42,1% das candidaturas com marcador.

A comparação interna de cada legenda oferece leitura diferente da simples quantidade. A proporção de candidaturas com nomes diferenciados alcança 28,4% no AVANTE, 27,2% no PRD, 26,7% no PL, 26,2% no PODEMOS e 25,1% no UNIÃO. A estratégia, portanto, não se concentra em uma única família partidária, embora determinadas categorias apresentem associações mais nítidas.

Nomes na Urna - Distribuição por Unidade da Federação

UF	Nomes diferenciados	Total de candidatos	% dos diferenciados	% dentro da UF
SP	286	1.126	16,9%	25,4%
RJ	177	787	10,5%	22,5%
MG	147	753	8,7%	19,5%
BA	122	530	7,2%	23,0%
PR	100	422	5,9%	23,7%
PE	89	388	5,3%	22,9%

UF	Nomes diferenciados	Total de candidatos	% dos diferenciados	% dentro da UF
GO	66	260	3,9%	25,4%
PA	66	263	3,9%	25,1%
RS	65	457	3,8%	14,2%
CE	52	291	3,1%	17,9%
MA	52	272	3,1%	19,1%
SE	43	139	2,5%	30,9%
PI	39	161	2,3%	24,2%
SC	39	230	2,3%	17,0%
MT	38	136	2,2%	27,9%
PB	37	186	2,2%	19,9%
RO	37	132	2,2%	28,0%
AM	34	138	2,0%	24,6%
ES	34	136	2,0%	25,0%
DF	33	167	2,0%	19,8%
RR	29	106	1,7%	27,4%
AL	19	107	1,1%	17,8%
MS	19	122	1,1%	15,6%
TO	19	98	1,1%	19,4%
AP	18	89	1,1%	20,2%
RN	18	111	1,1%	16,2%
AC	12	102	0,7%	11,8%

Fonte: TSE. Elaboração nossa.

A distribuição territorial acompanha, em parte, o tamanho dos eleitorados e das listas. São Paulo reúne 286 candidaturas com nomes diferenciados, 16,9% do total nacional dessa condição, seguido por Rio de Janeiro (177), Minas Gerais (147), Bahia (122), Paraná (100) e Pernambuco (89). Em conjunto, esses seis Estados respondem por 54,5% das candidaturas com marcador.

A proporção de nomes diferenciados dentro de cada conjunto estadual, entretanto, revela padrões próprios: Sergipe apresenta 30,9%, Rondônia 28,0%, Mato Grosso 27,9%, Roraima 27,4%, São Paulo e Goiás 25,4%, Pará 25,1% e Espírito Santo 25,0%. O Rio Grande do Sul, apesar de 65 casos em números absolutos, registra proporção bem menor, de 14,2% de suas candidaturas; o Acre apresenta a menor incidência, 11,8%.

Nomes na Urna - Saúde, Bolsonaro, identidades ideológicas, Advogado, Defensor Público e nomes folclóricos

Categoria	N	Distribuição partidária	Distribuição por UF
Saúde	48	PDT (9), PODE (6), PSB (5), PSDB (4), SOLIDARIEDADE (4), MDB (3), demais partidos (17)	BA (7), PE (7), RJ (6), MG (4), GO (4), PR (3), SE (3), demais UFs (14)
Bolsonaro	11	PL (7), AGIR (1), DC (1), NOVO (1), PODE (1)	SP (4), RJ (3), ES (1), MG (1), MT (1), SC (1)
Direita/Conservador	4	AGIR (1), AVANTE (1), PL (1), PRD (1)	SP (4)
Esquerda	2	PT (1), PSTU (1)	RR (1), SP (1)
Advogado	8	DC (2), PSB (1), PDT (1), NOVO (1), REPUBLICANOS (1), PRD (1), PP (1)	SP (2), SC (2), MG (2), RJ (1), MT (1)

Categoria	N	Distribuição partidária	Distribuição por UF
Defensor Público	3	REPUBLICANOS (2), UNIÃO (1)	DF (1), RR (1), PE (1)
Folclórico	76	NOVO (10), PDT (8), DC (7), PSB (7), AVANTE (6), PL e MOBILIZA (4 cada), demais (30)	SP (18), RJ (13), BA e RS (7 cada), MG (6), demais UFs (25)

Fonte: TSE. Elaboração nossa.

A identidade setorial da “Saúde” reúne 48 candidaturas distribuídas por 18 partidos e 16 Unidades da Federação. O PDT concentra 9 casos (18,8%), seguido por PODEMOS, com 6, PSB, com 5, e PSDB e SOLIDARIEDADE, com 4 cada. A dispersão indica que a referência à saúde é recurso eleitoral transversal, embora sua incidência seja relativamente mais elevada em algumas legendas.

Territorialmente, Bahia e Pernambuco concentram 7 casos cada, o Rio de Janeiro 6, Goiás e Minas Gerais 4 cada e Paraná e Sergipe 3 cada. O Nordeste soma 20 das 48 candidaturas (41,7%), proporção que distingue a categoria “Saúde” da distribuição geral dos nomes diferenciados, mais fortemente concentrada no Sudeste.

O conteúdo das denominações reforça a interpretação setorial: 45 dos 48 nomes empregam literalmente “Saúde”; os três restantes — “Adriana do Hospital”, “Ferreirinha do Hospital” e “Moacir da Ambulância” — remetem diretamente à rede de serviços. O Nome na Urna funciona, assim, como sinal de proximidade com a área da saúde e pode sugerir prioridade política para o setor, sem permitir concluir que o candidato seja profissional de saúde ou que o serviço mencionado seja necessariamente público. No entanto, parece razoável supor que, nesses casos, o candidato pretenda utilizar-se de uma “popularidade” conquistada junto ao eleitorado em razão de sua trajetória profissional na área de saúde, fato que é mais frequentemente associado à atuação em unidades do Sistema Único de Saúde, que assegura prestação gratuita da assistência médica a todos no país.

A referência a “Bolsonaro” reúne 11 candidaturas. Sete estão no PL; AGIR, DC, NOVO e PODEMOS têm uma cada. São Paulo registra quatro casos, Rio de Janeiro três e Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso e Santa Catarina um cada. A distribuição revela forte concentração no PL, mas não exclusividade partidária.

A autodefinição “Direita/Conservador” aparece em quatro candidaturas, uma em cada um dos partidos AGIR, AVANTE, PL e PRD, todas em São Paulo. A categoria “Esquerda” aparece em duas candidaturas, uma do PT em Roraima e outra do PSTU em São Paulo. O contraste numérico é pequeno demais para sustentar inferências sobre maior ou menor propensão ideológica; o dado relevante é a existência, em ambos os polos, de nomes que transformam posicionamento político em informação eleitoral explícita.

A categoria “Advogado” reúne oito candidaturas, distribuídas por sete partidos e cinco Estados; apenas a DC apresenta dois casos. “Defensor Público” aparece em três candidaturas — duas no REPUBLICANOS e uma no UNIÃO — localizadas no Distrito Federal, em Roraima e em Pernambuco. Embora numericamente reduzidas, essas

categorias são analiticamente úteis porque isolam credenciais jurídicas e institucionais, e associadas à defesa de direitos. Os nomes “Folclóricos”, por sua vez, somam 76 candidaturas, distribuídas por 22 partidos e 19 Unidades da Federação, confirmando a ampla dispersão da estratégia de memorabilidade.

A presença expressiva de patentes militares, delegados, policiais e bombeiros mostra a recorrência de referências à autoridade, à segurança, à disciplina e à proteção como recursos de apresentação política. Esses arquétipos estão fortemente enraizados na cultura política brasileira, especialmente em narrativas que valorizam a “segurança pública” como uma área que carece de políticas mais incisivas. O uso desses títulos se alinha ao “dispositivo de autoridade” que conecta o político ao papel de protetor do cidadão, legitimando sua capacidade de cuidar da segurança coletiva, da moral e da ordem pública. O parlamentar, nesse sentido, incorpora simbolicamente a figura da autoridade moral e prática.

O dado não permite afirmar que o título produza vantagem eleitoral, mas indica que, em parte dessas candidaturas, a identidade profissional também funciona como atalho simbólico para pautas e valores associados à ordem e à segurança, que tem sido, notoriamente, apropriadas por agremiações de direita no espectro político-partidário.

As identidades religiosas operam por mecanismo distinto: “Pastor”, “Padre” e outras denominações comunicam pertencimento comunitário e autoridade moral, aproximando o candidato de segmentos organizados e de agendas de valores. O conjunto religioso soma 196 candidaturas, equivalente a 11,6% dos nomes diferenciados. A identidade religiosa, igualmente, tem sido associada à pauta conservadora, embora os candidatos estejam distribuídos por partidos de diversos matizes ideológicos.

As credenciais profissionais também não são homogêneas. “Doutor/Doutora” comunica status ou autoridade profissional sem permitir identificar a ocupação; “Enfermeiro” explicita qualificação; “Advogado”, “Defensor Público” e “Juiz/Procurador” mobilizam capital jurídico e institucional; enquanto “da Saúde” ou “do Hospital” enfatiza inserção setorial. A distinção entre profissão, instituição e setor é central para evitar que marcadores diferentes sejam interpretados como equivalentes.

Distribuição partidária das identidades profissionais e setoriais

A distribuição partidária torna-se mais informativa quando os números absolutos são combinados com a proporção de cada identidade no conjunto de candidaturas da respectiva legenda. Essa normalização permite distinguir o efeito do tamanho das listas partidárias de padrões efetivamente diferenciados de apresentação eleitoral.

As identidades ligadas à segurança — patentes militares, delegados, policiais e bombeiros — somam 334 candidaturas, ou 4,3% do universo nacional. No PL, entretanto, são 67 entre 536 candidatos, equivalente a 12,5%. A proporção alcança

8,0% no PODEMOS, 7,7% no UNIÃO e 7,3% no REPUBLICANOS. O padrão sugere maior intensidade relativa desse repertório em determinadas legendas.

Professores/Professoras representam 3,4% das candidaturas nacionais, mas atingem 9,0% no PSOL e 8,4% no PT; no PCdoB, com lista muito menor, a incidência chega a 9,8%. Os números reforçam a existência de especializações relativas no repertório profissional das legendas, sem tornar a utilização do título exclusiva de um campo político.

Dos oito candidatos classificados como “Advogado”, dois estão na DC e os demais se distribuem por PSB, PDT, NOVO, REPUBLICANOS, PRD e PP. Entre os três “Defensores Públicos”, dois concorrem pelo REPUBLICANOS e um pelo UNIÃO. A baixa frequência é, em si, informativa: embora o Direito seja ocupação recorrente entre agentes políticos, a profissão de advogado aparece poucas vezes como marca eleitoral explícita.

A categoria “Saúde” apresenta outra configuração. Seus 48 casos equivalem a 0,6% do total nacional, mas chegam a 1,9% das candidaturas do PDT, 1,5% da SOLIDARIEDADE, 1,3% do PODEMOS e 1,2% do PSB. O indicador sugere que o apelo setorial à saúde é transversal, porém utilizado com intensidades distintas entre as legendas.

A distribuição regional também é desigual. Em números absolutos, os nomes diferenciados se concentram nos Estados com maior número de candidaturas, sobretudo no Sudeste; já a composição interna das categorias varia por UF. A saúde apresenta presença relativamente mais forte no Nordeste, enquanto as quatro autodefinições de “Direita/Conservador” estão concentradas em São Paulo. As duas identificações de esquerda aparecem em São Paulo e Roraima.

O uso de um marcador no Nome na Urna não implica garantia de sucesso e não pode ser tratado como causa da votação. Recursos de campanha, incumbência, notoriedade prévia, organização partidária, magnitude do distrito, redes locais e características socioeconômicas do eleitorado podem afetar simultaneamente a escolha do nome e o desempenho eleitoral.

Ainda assim, é expressivo que mais de um quinto das candidaturas a deputado federal em 2026 utilize o próprio Nome na Urna para explicitar algum tipo de identidade profissional, religiosa, setorial, temática, ideológica ou associativa. O fenômeno deve ser examinado como estratégia de comunicação eleitoral, e não como substituto da análise do candidato ou de seu partido.

No conjunto nacional, 21,9% das candidaturas apresentam algum marcador explícito de identidade no Nome na Urna. Essa proporção varia de 11,8% no Acre a 30,9% em Sergipe, indicando diferenças territoriais relevantes na utilização do próprio nome como instrumento de sinalização política e social.

Novas modalidades de identidade eleitoral

As categorias “Advogado” e “Defensor Público” reforçam a dimensão das credenciais profissionais, mas com significados distintos. “Advogado” pode sinalizar conhecimento jurídico e capacidade de defesa ou representação; “Defensor Público”, além da formação jurídica, incorpora referência explícita a uma instituição estatal vinculada à assistência jurídica e à defesa de direitos. Em ambos os casos, o nome seleciona uma posição profissional como atributo de apresentação pública.

A categoria “Bolsonaro” opera por lógica diferente. O candidato não reivindica primariamente autoridade derivada de uma ocupação, mas estabelece associação nominal com uma liderança política nacional. O ganho pretendido pode ser reputacional e político, mas sua fonte simbólica é externa ao próprio candidato. A interpretação deve permanecer probabilística: o dado comprova a associação nominal, não a motivação subjetiva. Dos candidatos que adotam o nome do ex-Presidente em seu Nome na Urna, apenas dois têm relação de parentesco: seu filho, vereador em Baneário Camboriu, candidato pelo PL/SC, e Renato Bolsonaro, seu irmão, candidato pelo AGIR/SP. Sua ex-esposa, mãe do candidato a Presidente pelo PL Flávio Bolsonaro, também adota o sobrenome “Bolsonaro” em sua candidatura pelo PL/RJ.

No caso de “Direita/Conservador” e “Esquerda”, o nome cumpre função próxima à de um rótulo programático mínimo. Ao inserir no Nome na Urna uma posição ideológica explícita, o candidato reduz a ambiguidade quanto à localização política que deseja comunicar. A estratégia difere de títulos como “Capitão”, “Delegado”, “Professor” ou “Pastor”, dos quais o eleitor pode inferir valores ou agendas, mas sem que a ideologia esteja necessariamente declarada.

Os nomes classificados como folclóricos ou de diferenciação evidenciam outra lógica. Não há, necessariamente, pretensão de autoridade profissional, moral ou ideológica. O ativo principal é a capacidade de chamar atenção e ser lembrado. Em uma eleição com centenas de candidaturas, a originalidade pode funcionar como instrumento de saliência mesmo quando oferece pouca informação substantiva sobre profissão, trajetória ou programa.

A categoria “Saúde” revela estratégia intermediária entre profissão e causa. O candidato não necessariamente afirma qualificação técnica; apresenta-se como alguém “da Saúde”, “do Hospital” ou ligado à rede de serviços. A expressão pode condensar experiência prática, proximidade com usuários e trabalhadores e compromisso com agenda pública altamente visível, sem que se deva presumir vínculo funcional específico.

Referências à proteção animal, religião, cultura, assistência social e atividades comunitárias mostram, por sua vez, que o nome também pode condensar uma agenda de representação. Nesses casos, a denominação aproxima o candidato de uma comunidade de interesse e sinaliza, antes mesmo da leitura de suas propostas, qual grupo, valor ou tema pretende colocar em primeiro plano.

Motivações para a construção do nome-identidade

A adoção de marcas profissionais, políticas, ideológicas, religiosas, temáticas ou de diferenciação pode responder a motivações distintas, que frequentemente se combinam:

- Capital simbólico e profissional: títulos como Doutor, Professor, Delegado, Militar, Advogado, Defensor Público ou Pastor podem transferir para a candidatura atributos associados a conhecimento, autoridade, cuidado, disciplina, representação, proteção ou liderança.
- Diferenciação e memorização: em eleições proporcionais com grande número de concorrentes, o nome funciona como elemento de busca e reconhecimento. Essa lógica é especialmente visível nas denominações folclóricas ou incomuns, nas quais a função principal é assegurar saliência e lembrança.
- Sinalização política e ideológica: títulos profissionais podem sugerir determinadas agendas, mas rótulos como “Direita”, “Conservador”, “Esquerda” ou “Anticapitalista” tornam a mensagem explícita e incorporam ao próprio nome uma localização política que normalmente seria comunicada pela legenda, pela propaganda ou por propostas de campanha.
- Identidade setorial e compromisso com políticas públicas: “Saúde”, “do Hospital” e referências equivalentes vinculam o candidato a um setor e a sua rede de serviços. Diferentemente de uma credencial profissional específica, o marcador enfatiza proximidade, experiência ou compromisso com determinada agenda.
- Associação, pertencimento e causa: referências religiosas, comunitárias ou à proteção animal constroem identificação com grupos ou agendas. A referência a Bolsonaro opera por associação a uma liderança política individual, podendo buscar converter reconhecimento e lealdade preexistentes em capital eleitoral próprio.

Considerações sociológicas e políticas: DaMatta e os limites da analogia da autoridade

A contribuição de Roberto DaMatta é particularmente útil para compreender uma dimensão da tipologia: o emprego de títulos, cargos e posições socialmente reconhecidos como sinais de status, autoridade e hierarquia. Ela não deve, contudo, ser transformada em explicação única para todas as categorias. Religião, causa, ideologia, associação personalista, identidade setorial e memorabilidade mobilizam mecanismos que não se reduzem ao argumento de autoridade.

Outro aspecto relevante é que o Nome na Urna realiza uma operação seletiva. Um político experiente pode destacar a profissão de origem para apresentar-se como técnico ou outsider; outro pode utilizar uma causa ou um rótulo ideológico para tornar imediatamente reconhecível sua posição; um terceiro pode recorrer à marca de uma liderança nacional. O nome coloca um atributo em primeiro plano e silencia muitos outros elementos da trajetória.

Em sua análise das hierarquias e dos rituais de reconhecimento social no Brasil, DaMatta chama atenção para a força de títulos, posições e relações pessoais na produção de autoridade. A figura dos “medalhões” é especialmente útil para pensar como determinadas credenciais condensam prestígio social e como o reconhecimento de uma pessoa ou posição pode irradiar-se para outros atores. Como ilustra DaMatta,

“Medalhões são frequentemente figuras nacionais. Celebridades que somam nas suas pessoas os principais traços de um dado domínio da vida social. Suas figuras, como não poderia deixar de ser, projetam largas sombras e nelas se abrigam muitas outras pessoas. Ser o filho do Presidente, do Delegado ou do Diretor conta como chave ou cartão de visitas. Ou, para sermos históricos e concretos, ser “filho do Pelé” pode possibilitar, a despeito de todos os preconceitos, a um negro pobre alguns dias de esplendor num hotel de luxo (cf. Jornal do Brasil, 12 de novembro de 1977).” (DAMATTA, R. Você sabe com quem está falando? Estudos sobre o autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.)

Aplicada com cautela, essa perspectiva ajuda a compreender por que “Doutor”, patentes militares, “Delegado”, “Juiz/Procurador”, “Defensor Público” e, em menor medida, “Advogado” podem funcionar como credenciais simbólicas. O eleitor não recebe apenas informação sobre uma ocupação; recebe também um sinal culturalmente carregado de saber, autoridade, capacidade técnica, posição institucional ou poder de representação.

A categoria “Doutor/Doutora” é particularmente ilustrativa. Justamente porque o título não identifica com segurança uma profissão, seu valor eleitoral potencial pode residir menos na informação técnica do que no status genérico que comunica. A leitura inspirada em DaMatta, portanto, torna-se mais consistente quando o título é entendido como marcador simbólico, e não como sinônimo de médico ou de formação acadêmica específica.

Patentes militares, Delegado, Policial e Bombeiro mobilizam outra modalidade de autoridade: ordem, disciplina, proteção e capacidade de intervenção. Já Defensor Público, Juiz/Procurador e Advogado remetem à linguagem dos direitos, da lei, da representação e das instituições jurídicas. Agrupar todos esses títulos sob um único

arquétipo apagaria diferenças relevantes; o elemento comum é a conversão de uma posição social ou profissional em credencial eleitoral.

As demais categorias mostram justamente o limite dessa chave interpretativa. “Saúde” depende de proximidade setorial; religião e proteção animal mobilizam pertencimento e causa; “Direita/Conservador” e “Esquerda” operam por autoposicionamento; “Bolsonaro” trabalha com associação personalista; e os nomes folclóricos privilegiam memorabilidade. A tipologia ampliada deve, assim, ser compreendida como combinação de mecanismos, e não como simples escala de prestígio ou autoridade.

Nessa perspectiva, o Nome na Urna pode ser compreendido como uma instituição mínima de identidade eleitoral: organiza expectativas antes do exame detalhado da candidatura. A profissão oferece credencial; a ideologia posiciona; a liderança política produz associação; causas e religiões comunicam pertencimento; a saúde sinaliza vínculo setorial; e a denominação incomum privilegia a memorização. Após a eleição, será possível investigar em que medida essas promessas simbólicas se convertem em voto, agendas e comportamento parlamentar.

Limitações e considerações finais

Os dados mostram que a identidade profissional é apenas uma parte de repertório mais amplo de apresentação eleitoral. Profissão, religião, causa, ideologia, associação a liderança, compromisso setorial e diferenciação pessoal funcionam como maneiras distintas de condensar informação no próprio nome e oferecer ao eleitor um atributo imediatamente reconhecível.

A estratégia pode gerar ganhos de reconhecimento e facilitar a escolha do eleitor, mas também apresenta riscos. A excessiva ênfase em identidades individuais pode reduzir o espaço dos programas partidários, cristalizar representações corporativas ou identitárias e estimular formas de competição em que o nome do candidato comunica mais do que a legenda. A referência a Bolsonaro evidencia de modo particularmente claro a possibilidade de circulação de uma marca política pessoal para além da família ou do partido do líder.

Os dados sustentam o tratamento do Nome na Urna como variável relevante da comunicação e da sociologia eleitoral. A base de 2026 registra 1.690 candidaturas com marcadores entre 7.709 candidaturas: 1.327 profissionais ou ocupacionais, 196 religiosas, 76 folclóricas, 48 vinculadas setorialmente à saúde, 26 à proteção animal, 11 à referência a Bolsonaro e 6 com autodefinição ideológica explícita — quatro à direita/conservadora e duas à esquerda.

Em suma, a construção do nome político é fenômeno consolidado e multifacetado. Os títulos profissionais continuam predominantes, mas convivem com identidades ideológicas explícitas, marcas religiosas e temáticas, compromissos setoriais,

associações personalistas e nomes de alta memorabilidade. A ampliação da tipologia revela que estratégias formalmente semelhantes — acrescentar uma palavra ou título ao nome — podem comunicar mensagens políticas muito diferentes.

A ausência de marcador explícito no nome, por sua vez, não significa ausência de identidade política. Candidatos classificados sob nome civil ou apelido podem construir vínculos igualmente fortes por meio da trajetória, da legenda, de lideranças, de movimentos sociais, de redes digitais ou de organizações locais. A classificação mede apenas a informação que o candidato decidiu colocar na própria denominação; não substitui a análise de sua atuação.

Esta atualização tampouco pretende extrair conclusões causais definitivas. As categorias possuem naturezas diferentes e uma análise de desempenho deverá controlar, entre outros fatores, partido, Estado, magnitude do distrito, recursos de campanha, incumbência e notoriedade prévia. A comparação entre candidatos e eleitos precisará utilizar a mesma regra de classificação e observar eventuais mudanças entre o Nome na Urna e o nome parlamentar.

Após a eleição de 2026, estudos posteriores poderão examinar se títulos profissionais, identidades religiosas, “Saúde”, referências a Bolsonaro, autodefinições de direita ou esquerda, causas e nomes folclóricos apresentam taxas de sucesso distintas; se a votação varia conforme partido e região; se identidades profissionais como Advogado, Juiz, Procurador ou Defensor Público ou patentes militares persistem no nome parlamentar; e se a identidade anunciada no nome se traduz em atuação legislativa. A tipologia ampliada permite, assim, deslocar a pesquisa de uma sociologia das profissões parlamentares para uma sociologia das marcas eleitorais, das identidades políticas e das agendas condensadas no nome.

Em 29 de agosto de 2026.

LUIZ ALBERTO DOS SANTOS

Advogado – OAB RS 26.485 e OAB DF 49.777

Mestre em Administração e Doutor em Ciências Sociais

Consultor e Sócio da Diálogo Institucional Assessoria e Análise de Políticas Públicas

ANEXO

CANDIDATOS A DEPUTADO FEDERAL POR PARTIDO E NOME NA URNA - 2026

PARTIDO	ADVO-GADO	ASSIST. SOCIAL	BOLSO-NARO	BOM-BEIRO	COMUNI-CADOR	CUL-TURA	DEFENSOR PÙB.	DELE-GADO	DIREITA/ CONSERV.	DOUTOR/ DOUTORA	ENFER-MEIRO	ENGE-NHEIRO	ESPOR-TE	ESQUER-DA	FOLCLÓ-RICO	JUIZ/ PROC.	OUTRA OCUP.	PASTOR/ PADRE	PATENTE MILITAR	POLICIAL	PROFES-SOR	PROT. ANIMAL	RELI-GIÃO	SAÚDE	SERVIÇO PÙB.	NOME CIVIL OU APELIDO	TOTAL CANDIDATOS
AGIR	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	3	0	4	3	2	1	6	0	1	0	0	86	110
AVANTE	0	2	0	2	2	2	0	1	1	22	2	0	1	0	6	0	16	10	19	1	19	5	4	2	2	300	419
CIDADANIA	0	0	0	0	2	0	0	0	0	6	1	0	0	0	0	0	2	1	1	0	1	0	0	0	0	53	67
DC	2	1	1	0	1	1	0	0	0	21	0	0	1	0	7	0	9	9	7	1	9	2	4	2	0	264	342
DEMOCRATA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	2	1	0	3	0	5	6	7	0	5	1	1	1	2	116	154
MDB	0	2	0	1	1	0	0	1	0	20	3	1	1	0	1	0	11	8	7	0	15	1	6	3	0	382	464
MISSAO	0	0	0	1	1	0	0	1	0	10	0	1	0	0	1	0	0	1	4	0	7	0	2	1	0	303	333
MOBILIZA	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4	0	0	0	0	4	0	7	6	1	0	1	0	1	2	1	92	120
NOVO	1	0	1	1	0	0	0	3	0	30	0	1	0	0	10	1	12	11	14	2	19	1	3	1	0	395	506
PCDOB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	5	0	0	0	0	40	51
PCO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	39	39
PDT	1	1	0	0	1	2	0	1	0	16	1	0	2	0	8	0	17	10	8	0	18	2	8	9	1	369	475
PL	0	0	7	1	1	2	0	11	1	28	1	0	1	0	4	1	12	7	48	7	5	0	4	1	1	393	536
PODE	0	1	1	0	1	0	0	8	0	26	1	0	0	0	1	1	15	11	27	2	14	3	2	6	1	341	462
PP	1	0	0	0	1	0	0	3	0	16	1	0	0	0	2	0	4	0	14	0	4	0	1	0	1	186	234
PRD	1	0	0	0	1	1	0	0	1	16	2	0	0	0	2	0	8	7	13	0	5	0	0	1	0	155	213
PSB	1	1	0	0	3	1	0	1	0	29	3	0	4	0	7	0	7	1	6	1	17	0	1	5	0	338	426
PSD	0	0	0	0	0	0	0	5	0	27	3	1	1	0	3	1	12	7	11	0	9	4	2	2	1	347	436
PSDB	0	2	0	2	1	2	0	2	0	27	2	0	2	0	3	0	17	4	7	0	12	2	2	4	0	285	376
PSOL	0	0	0	0	1	2	0	1	0	8	2	0	1	0	1	0	4	5	1	0	28	1	7	0	0	249	311
PSTU	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17	19
PT	0	0	0	0	0	0	0	2	0	10	1	0	1	1	0	0	6	3	3	1	30	2	3	1	1	291	356
PV	0	0	0	0	0	0	0	2	0	7	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	5	0	0	0	0	64	81
REDE	0	0	0	0	2	0	0	0	0	5	0	0	0	0	1	0	5	2	1	0	3	1	1	1	2	89	113
REPUBLICANOS	1	2	0	3	6	0	2	5	0	23	4	0	1	0	3	0	9	8	21	5	11	0	5	2	1	354	466
SOLIDARIEDADE	0	1	0	1	2	0	0	0	0	12	2	0	0	0	2	0	6	9	8	0	5	1	3	4	0	211	267
UNIÃO	0	2	0	0	1	0	1	6	0	20	1	1	0	0	3	0	5	6	16	0	10	0	0	0	0	215	287
UP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	45	46
TOTAL	8	15	11	12	30	14	3	53	4	391	31	7	17	2	76	4	195	135	247	22	264	26	61	48	14	6019	7709

CANDIDATOS A DEPUTADO FEDERAL POR UF E NOME NA URNA - 2026

UF	ADVO- GADO	ASSIST. SOCIAL	BOLSO- NARO	BOM- BEIRO	COMUNI- CADOR	CUL- TURA	DEFENSOR PÚBL.	DELE- GADO	DIREITA/ CONSERV.	DOUTOR/ DOUTORA	ENFER- MEIRO	ENGE- NHEIRO	ESPOR- TE	ESQUER- DA	FOLCLÓ- RICO	JUIZ/ PROC.	OUTRA OCUP.	PASTOR/ PADRE	PATENTE MILITAR	POLICIAL	PROFES- SOR	PROT. ANIMAL	RELI- GIÃO	SAÚDE	SERVIÇO PÚBL.	NOME CIVIL OU APELLIDO	TOTAL CANDIDATOS
AC	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	1	3	2	0	2	0	0	0	0	90	102
AL	0	0	0	0	0	0	0	1	0	5	0	0	0	0	1	0	0	3	5	2	1	1	0	0	0	88	107
AM	0	0	0	0	0	0	0	5	0	9	1	0	0	0	0	0	4	2	5	0	7	0	0	1	0	104	138
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	2	3	0	7	1	1	0	1	71	89
BA	0	1	0	0	3	0	0	2	0	23	2	0	4	0	7	0	16	19	14	0	14	0	9	7	1	408	530
CE	0	0	0	0	1	0	0	1	0	14	3	1	0	0	1	0	8	5	6	0	7	0	5	0	0	239	291
DF	0	0	0	0	1	0	1	1	0	4	1	0	0	0	0	0	4	3	7	0	10	1	0	0	0	134	167
ES	0	0	1	1	0	0	0	0	0	9	1	0	0	0	2	0	1	1	10	2	6	0	0	0	0	102	136
GO	0	3	0	1	1	0	0	3	0	14	0	0	1	0	2	0	7	4	12	1	9	1	3	4	0	194	260
MA	0	0	0	1	0	2	0	0	0	17	2	0	0	0	1	0	6	2	5	1	12	1	0	2	0	220	272
MG	2	3	1	1	5	0	0	6	0	24	2	0	3	0	6	0	29	7	19	1	21	2	6	4	5	606	753
MS	0	0	0	1	0	0	0	1	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	5	0	0	1	0	103	122
MT	1	0	1	0	0	0	0	1	0	5	2	0	0	0	3	1	2	4	8	0	7	0	1	2	0	98	136
PA	0	0	0	0	1	2	0	3	0	23	1	1	0	0	1	0	7	5	6	0	15	0	1	0	0	197	263
PB	0	0	0	0	1	1	0	0	0	6	1	0	0	0	3	0	7	1	10	1	1	1	3	0	1	149	186
PE	0	0	0	1	0	2	1	2	0	23	1	0	1	0	2	1	14	4	11	2	9	1	5	7	2	299	388
PI	0	0	0	0	0	0	0	2	0	7	2	1	0	0	0	0	2	3	8	0	8	2	4	0	0	122	161
PR	0	0	0	0	6	2	0	6	0	24	2	0	0	0	3	0	11	5	15	3	18	1	1	3	0	322	422
RJ	1	1	3	2	0	2	0	7	0	49	2	1	3	0	13	0	20	23	16	2	20	0	4	6	2	610	787
RN	0	0	0	0	0	1	0	0	0	6	1	0	0	0	0	0	1	2	5	0	1	0	0	1	0	93	111
RO	0	0	0	1	1	0	0	0	0	16	0	0	0	0	1	1	3	2	5	1	4	0	1	0	1	95	132
RR	0	0	0	0	0	0	1	1	0	3	1	0	0	1	2	1	4	3	5	0	5	0	1	1	0	77	106
RS	0	0	0	1	1	1	0	0	0	11	1	1	0	0	7	0	7	3	8	3	13	3	5	0	0	362	457
SC	2	1	1	0	1	0	0	0	0	6	1	0	1	0	1	0	5	1	4	0	9	4	0	2	0	191	230
SE	0	0	0	0	2	1	0	3	0	7	0	1	0	0	2	0	8	3	6	0	4	0	3	3	0	96	139
SP	2	6	4	2	6	0	0	6	4	73	3	1	4	1	18	0	26	24	41	3	45	6	8	2	1	840	1126
TO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	1	0	0	0	0	0	2	1	4	0	4	1	0	2	0	79	98
TOTAL	8	15	11	12	30	14	3	53	4	391	31	7	17	2	76	4	195	135	247	22	264	26	61	48	14	6019	7709